

VISÃO MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA

Diversidades de políticas para a redução da pobreza em Moçambique

LÍGIA CACILDA MARIA ANDRE ZAQUEU¹

Moçambique é um país historicamente marcado por grandes transformações da administração nos setores econômico, político e cultural. Internacionalmente, definiu-se pela falência do sistema comunista, perdendo, com isso, o seu poderio econômico e militar, ao emergir no universo um novo paradigma sobre gestão e domínio dos norte-americanos, uma ordem mundial de consolidação do sistema capitalista, como realça Harvey (2005, p. 41), na qual os EUA passaram a dedicar-se à “acumulação ilimitada de capitais” e estavam preparados para acumular os poderes político e militar capazes de defender e promover esse processo em todo o globo, em oposição à ameaça do comunismo. Uma hegemonia dos estadunidenses que hoje, no século XXI, vem ganhando novos contornos, como destaca Arrighi apud Harvey (2005, p. 69), da qual a Ásia é o próximo poder hegemônico no mundo global quando realça que “estamos em meio a uma grande transição para a Ásia como o centro hegemônico do poder global”. Apesar dessa reflexão, Harvey (2005, p. 51) aponta para o fato de os EUA possuírem todo tipo de instrumentos de dividir para governar, e frustrar o surgimento de toda lógica territorial clara em termos de Europa, mantendo de forma estratégica as regras do neoliberalismo como base de troca e de fluxos de capitais, através da OMC, e manter certos recursos militares e políticos em locais que podem influenciar a política interna europeia.

¹ Bacharel em Ciências Sociais e licenciada em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane, mestre em Administração Estratégica pela Unifacs e doutoranda em Administração pela UFBA.

Políticas em prol da redução da pobreza em Moçambique

Ao final do século XX, a questão da pobreza no mundo inteiro começou a ganhar relevância na Europa e nos países em desenvolvimento. Nessa época, as desigualdades sociais e a pobreza não eram equacionadas como resultantes do crescimento econômico. A pobreza foi se tornando centro das atenções nas agendas governamentais, no ambiente acadêmico e nos debates sociais, assim como nas instituições financeiras internacionais (Rocha, 2006; Codes, 2008).

Na Europa, a questão social tornou-se evidente com a exaustão do Modelo da Sociedade Salarial,² que durante anos integrou as melhores condições para a classe trabalhadora, classe essa que tinha apoio do Estado de bem-estar em benefício do tipo propriedade social, que, na visão de Castel (2009), constituía a garantia dos direitos de forma igualitária, portanto, a de direitos de cidadania. Para Codes (2008) apud Castel (1998) a relevância do Estado de bem-estar, enquanto suporte do referido Modelo Sociedade Salarial (MSS), residia no fato de que, para além de ser o ente responsável pela garantia dos direitos de cidadania, assumia papel fundamental na organização da Sociedade, ao prover a proteção social e instituiu os modelos de coesão e de regulação social.

Entretanto, as transformações movidas pelas crises do capitalismo estavam relacionadas com o chamado fordismo,³ que, por sua vez, desencadeou o fim do MSS, inaugurando, dessa forma, uma nova fase de reestruturação econômica e de reajustamento político e social, em vários países, fato que Harvey (1996) nomeia como acumulação flexível, um fenômeno

2 Para Castel (2009, pp. 415, 419, 515), foi a industrialização que deu origem a essa designação de relação salarial, partindo do princípio de que a empresa é o lugar por excelência de relação salarial moderna, colocando o indivíduo na condição de proletário, operário e assalariado. Com o aumento dos assalariados, diante da crise de crescimento na década de 1970, coloca o modelo sociedade salarial em degradação, maior desemprego.

3 Visto como a articulação primeira de Henry Ford pela implantação da produção taylorista na sua empresa, que punha em prática a produção de massa e o consumo de massa, e fixação do salário em jornada de trabalho de oito horas em cinco dólares. Portanto, foi com Ford que, com a política salarial, se estabelece uma relação, segundo a qual o modo de consumo é integrado às condições de produção (Castel, 2009, pp. 431-2) Diante da crise do fordismo, Hirsch (1938, p. 161) coloca o início da década de 1980 como consequência da política neoliberal de desregulamentação e flexibilização do chamado pós-fordismo, e que se caracteriza pelas modificações da relação salarial e da organização do trabalho, por um modo de acumulação altamente impulsionado pelo setor financeiro, por forte heterogeneidade e fragmentação dos salários, desemprego estrutural maciço.

que envolve mudanças rápidas no padrão de desenvolvimento desigual entre setores, assim como nas regiões geográficas, transformações que até hoje se refletem nas relações estruturais em sociedades. Harvey (1996), corroborando Codes (2008) apud Castel (1998), destaca que essas transformações causaram, no mundo de trabalho, a proliferação de precariedade e o desemprego. Diante dessas transformações, Milani (2012, p. 212) demonstra que, durante o século XIX e meados do século XX, começam a surgir ajudas de emergência e como resolução diplomática imediata que com o tempo se consentiu como padrão normativo nas relações dos Estados e das instituições conhecidas como Instituições Financeiras Internacionais (IFI), mediadas pelas Organizações Não Governamentais. Essas IFI, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), emergiram do acordo de Bretton Woods, depois da Segunda Guerra Mundial, e foram projetadas para coordenar o crescimento econômico no mundo não comunista (Harvey, 2005).

A primeira era vista como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e tinha como objetivo a reconstrução dos países europeus e outros países em situação de destruição por causa de empréstimos de longo prazo. Depois, o seu campo de ação alargou-se ao conjunto do planeta e das atividades econômicas. Em relação à África, foi criada, em 1960, a chamada Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), com a missão de conceder créditos de longo prazo, com taxa de juros muito baixa para as instituições públicas e governos de países pobres.

O FMI emerge com a missão de velar pela estabilidade do sistema financeiro internacional, emprestando em curto prazo aos países com problemas na balança de pagamento, para reconstrução e desenvolvimento. No entanto, existia o Grupo Banco Mundial (GBM), constituído por BM; Bird; AID; Centro Financeiro Internacional (CFI); Conciliação em Investimentos (CICDI); Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (Amgi), dos quais o BM mundial só era representado pelo Bird e pelo AID. O Bird é a instituição mais importante criada junto com FMI, em 1944, época em que a pré-condição para os países serem membros do Bird era ter sua incorporação ao FMI. Portanto, são instituições que tinham e têm como condicionamento para seus empréstimos ajustamento estrutural dos Estados que tomam tal ajuda financeira. Essas negociações, em uma primeira fase de sua reconstrução, surgiram em um ambiente de conflitos entre os

representantes⁴ do Reino Unido e dos EUA, onde a conferência internacional, em Bretton Woods, terminou simbolizando os EUA como potência hegemônica, que dispõe de poder de ditar sua lei na organização política e econômica internacional (Pereira, 2000, p. 53, 95; Nobre, 2007, p. 26).

Moçambique, após a ocupação colonial, estava imbuído de políticas do comunismo e adotou, sem solução, o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), no período de 1980-1990, com o objetivo de acabar com o subdesenvolvimento e a pobreza, em um período de dez anos. Esse era o sonho de Samora Machel, evidenciado em seu discurso.

Como chegar a 1990? Como deve ser a vida dos moçambicanos em 1990? Temos de chegar a 1990 com uma indústria desenvolvida, com uma agricultura mecanizada. Em 1990 têm de estar resolvidos e ultrapassados os problemas de alimentação, do vestuário, do calçado, do desemprego, do analfabetismo, das doenças endêmicas que dizimam o povo. A década de 1980-90 é a década da transformação radical do nosso país. Em 1990, ao celebrarmos o 15.º aniversário da vitória do socialismo na República Popular de Moçambique, não nos podemos apresentar ainda como país em desenvolvimento, no atual sentido da palavra. Temos de estar em desenvolvimento para o socialismo avançado (Machel, 2008, p. 3 apud Chichava S).

Foi uma estratégia desenhada, mas que não surtiu os efeitos desejados; várias foram as causas, no contexto interno: Guerra Civil, fragilidade dos líderes nacionais e das experiências falhas socialistas, efeitos naturais, e fragilidade do capital humano; no contexto externo: fim da hegemonia comunista no nível internacional e a inserção do capitalismo, com maior empenho estrategista de apoios aos países do terceiro mundo, também como via de disseminar ideologia contra o comunismo.

4 Harry Dexter White, assessor principal do Tesouro americano, e Henry Morgenthau, assessor britânico do tesouro, John Maynard Keynes, duas alas que divergem no âmbito de disputa e afirmação da moeda forte. Para os americanos, o dólar constituía a moeda internacional e a âncora do poder político e financeiro; para os britânicos, constituía o maior interesse minimizar a perda da força da libra e garantir prerrogativas políticas e comerciais. Ainda divergem porque Keynes pro-punha a criação, como estratégica da União Internacional de Compensação, uma espécie de Banco Central Internacional, com objetivo de promover o equilíbrio do crescimento econômico e com capacidade de emissão de moeda reserva mundial em substituição ao ouro, que pudesse ser convertida. A sua ideia foi descartada porque os americanos consideravam que os prejudicaria e renunciaria à soberania da política monetária e porque puniria os países com superávit comercial (Pereira, 2000, p. 100).

O IMF (1992, p. 3) destaca que Moçambique aderiu, em 1987, ao Programa de Reabilitação Econômica (PRE), o programa conhecido por ajustamentos estruturais, e, posteriormente, ao Programa de Reabilitação Econômica e Social (Pres), em 1989. O programa tinha como objetivo introduzir a economia de mercado no país, estabilizar a área financeira no âmbito nacional e internacional e era estratégico para retirar do Estado a função principal de administrar e investir na economia, para um governo que concentrasse esforços nas áreas de bens e de serviços sociais e de programas de desenvolvimento estratégico. Corroborando a International Food Policy Research Institute (Ifpri) que o Pres tinha dimensão social e procurava estabelecer as bases para o crescimento econômico por meio de mudanças rumo a uma economia mais baseada no mercado; nesse processo foram incluídas as reformas institucionais no setor financeiro e o programa intensivo de privatização das empresas estatais, como componente-chave do programa. Como apontado inicialmente, a inserção das instituições externas (o BM e o FMI) teve papel de destaque na implantação desses Pres, baseada em uma linha ortodoxa em que o Estado praticamente não tinha muita opção, pois “os documentos e políticas de enquadramento e iniciativas a serem desenvolvidos eram delineados e elaborados principalmente em Washington” (Ifpri, p. 42, tradução nossa).

Como resposta ao condicionamento das IFI e à sua promessa de erradicação da pobreza em Moçambique, o país aderiu ao Programa de Ação de Redução da pobreza Absoluta (Parpa), que, segundo a IMF, foi aprovado em 1999 como primeira ação de redução da pobreza em Moçambique. Para o IMF (2000), a primeira ação do Parpa era vista como instrumento estratégico de médio e longo prazo.

Como parte de sua luta contra a pobreza, em abril de 1999, o governo de Moçambique aprovou as Diretrizes de Ação para a Erradicação da Pobreza Absoluta (GOM, 1999). Este documento será a principal política e instrumento da estratégia de médio e longo prazos para combater a pobreza tanto pelo governo assim como as instituições não governamentais. As Linhas de Ação foram baseadas nas conclusões de um estudo sobre a pobreza, pelo Ministério do Plano e Finanças e foram o resultado de trabalho coordenado pelos ministérios, com responsabilidades-chave de implementação de iniciativas de redução da pobreza em Moçambique (IMF, 2000, p. 1).

Nesse âmbito, fez-se presente a sequência dos programas para redução da pobreza, quando se percebe que o Parpa primeiro é, na verdade, Parpa-0, pois o IMF (2000) evidenciou a sua aprovação em 1999, corroborando que “em 1999/2000 surgiu o primeiro Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta (Parpa), previsto para cobrir o período 2000--2004, mas acabou por vigorar apenas em 2000” (Francisco, 2012, p. 2). No entanto, para este mesmo autor, o Parpa-0 desandou e surge, então, o Parpa-I, aprovado pelo governo de Moçambique (GDM), para atuar no período 2001-2005, com o objetivo de reduzir a pobreza absoluta, que, em 1997, estava estimada em 70%, para o alcance de pelo menos 60% em 2005.

Parpa I concentrou-se nos determinantes principais do crescimento econômico. Na operacionalização dessa estratégia, o Parpa I estabeleceu uma visão das áreas de ação básicas visando o melhoramento do bem-estar da população. Essas áreas incluíram a paz e estabilidade social, educação, saúde, agricultura e desenvolvimento rural, infraestruturas básicas, boa governação e gestão macroeconômica e financeira (GDM, 2006, p.24).

Esses programas permitem o questionamento de como se ter educação sem construção de escolas de raiz, em um país que abraça cada vez mais construções precárias de escolas nas localidades, que facilmente são danificadas quando há mau tempo e que dificilmente têm recuperação. Quando as calamidades assolam o país, são envidados esforços para a obtenção de financiamento para a reconstrução de novas escolas nos mesmos locais anteriormente projetados. Esse fenômeno tem sido frequente na realidade moçambicana, representando desgaste e custos nos orçamentos e nas ações políticas projetadas para o combate à pobreza. Pelo que há necessidade de idoneidade na contratação dos construtores para o efeito, o que vem sendo evidenciado também pelas ONGs, o que foi apontado por Hanoch Barlevi:

Esta não é uma questão de resposta de emergência, mas demonstra a necessidade de melhorar-se a qualidade de construção e construir-se para um período de longo tempo. Precisamos de nos assegurar que os códigos e as normas de construção estão sendo seguidos e que os edifícios estão a ser construídos tendo em conta às intempéries (Unicef, 2011).

Construção precária representa uma grande perda de recursos. Precisamos assegurar que as escolas e outros edifícios públicos são construídos para dar continuidade à educação e outros serviços. A melhoria de construção é um fato crítico no fortalecimento da resiliência das comunidades para fazer face aos efeitos negativos do tempo e calamidades (Ibidem).

Essas podem ser as causas que fragilizam os objetivos das políticas implantadas no país, quando se percebe, no caso do Parpa, que, apesar de algumas melhorias no período 2001-2005, o índice de pobreza aumentou; associada a esses fatos, a falta de um plano interdisciplinar que possa permitir ao administrador profissional pensar e agir com responsabilidade na execução do projeto da nação. Admitindo que a execução do projeto da nação não é simplesmente do administrador, no sentido restrito, ou aquele que é formado hoje nos cursos superiores de administração, mas sim é de responsabilidade de todos os envolvidos na execução do projeto da nação, comprometidos com o desenvolvimento de Moçambique. Há necessidade de articulação das diferentes instituições nas diferentes áreas envolvidas, de forma que relatos como os da Ubicef não possam se repetir quando da implantação de políticas para o combate à pobreza, como está destacado no relatório do GDM:

A atribuição formal da redução das medidas da pobreza aos conteúdos das áreas de ação básicas é uma tarefa extremamente difícil, senão impossível. Estas dificuldades surgem, em grande parte, das interdependências entre as áreas de ação no fomento do crescimento econômico e da redução da pobreza. Tomando apenas um exemplo, é difícil construir escolas sem estradas. Contudo, as análises da pobreza mostram, frequentemente e robustamente, a educação como determinante fundamental do bem-estar. Também, numa economia onde 80% da população ativa (é uma parte mais elevada da população ativa pobre) trabalham no sector agrícola, é difícil conceber reduções da pobreza em grande escala sem haver crescimento no sector agrícola (GDdM, 2006, p. 18).

Contudo, no período 2006-2009, emerge em Moçambique o Parpa-II, que se estendeu até 2010. O programa tinha como pressuposto definir

as linhas básicas de atuação: a consolidação da paz, da democracia, a estabilidade social, a segurança dos cidadãos e sua propriedade, e a garantia da liberdade individual, como condições básicas para o crescimento da economia e da redução da pobreza absoluta de 54%, em 2003, para 45% em 2009, mas, na sua agenda, em vez de redução, a pobreza nos seus termos percentuais atingiu 55%, superando 2003 e as perspectivas de 2009. Segundo Chichava (2008). Durante vinte anos, Moçambique viveu com 56% do Orçamento do Estado, dependente de ajudas internacionais, um país com a economia frágil vivendo de importações.

Logo, torna-se visível, até aqui, que as ações então implantadas não justificam, ou melhor, as suas ações pouco contribuíram para a melhoria de vida do cidadão moçambicano. Logo, tanta terminologia não vem surtindo os efeitos desejados, senão, talvez, para justificar os fundos gastos na gestão moçambicana ou para justificar apoios internacionais — os dados pesquisados e os relatórios mostram que o indivíduo é ainda imbuído de muitas mazelas, mantendo-se na margem da pobreza extrema.

Segundo o IMF (2011), para a atual política, a “15.^a Sessão Ordinária do Conselho de Ministros (CM), no dia 3 de maio de 2011, aprovou um novo Programa de Ação na Redução de Pobreza (Parp), previsto para vigorar entre 2011-2014”. Não obstante, o Parp 2011-2014⁵ reflete a continuidade do Parpa II, e tem como principal objetivo reduzir a incidência da pobreza alimentar, a partir do nível atual de 54,7% para 42%, até 2014 (IMF, 2011, p. 8). Sendo relevante destacar que essa política emerge em uma situação em que o relatório do Pnud 2011 coloca Moçambique entre os países mais pobres, ocupando a 184.^a de posição no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), comparado ao ano de 2009 em que estava na 182.^a, com Rendimento Nacional Bruto de – 9%.

Concernente a esse programa, destaca-se a réplica de Francisco (2008) que sustenta que a emergência do Parp 2011-2014 surge como substituição ao Parpa II, mas, como se constatou, constitui uma continuidade das ações que foram desenvolvidas no Parpa-II, mal ou bem-sucedida a ideia é de continuidade. Não obstante, Francisco (2012) coloca alguns aspectos de análise ao Parp:

5 Para o IFM (2011), o Parp 2011-2014 é uma estratégia de médio prazo, no âmbito do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014. Estratégia essa direcionada para combater a pobreza e promover a cultura de trabalho, com vistas a atingir um crescimento econômico inclusivo e de redução de vulnerabilidade da pobreza no país.

a) primeiro, ela sugere que as palavras passaram a escolher os significados, e não o contrário. [. . .] Alargando o conceito para abarcar aspectos como falta de acesso à educação, à saúde, à água e ao saneamento [. . .] isolamento, exclusão social, falta de poder, vulnerabilidade e outros, o conceito da pobreza enveredou pela imprecisão e inutilidade para efeitos de medição;

b) segundo, a nova definição da pobreza perdeu os atributos elementares de uma definição operacional: ser específica, concreta, mensurável e útil, para que desempenhe um papel orientador e estruturante de análises e de métodos aplicáveis em circunstâncias específicas.

Nesse propósito do questionamento da emergência do Parp e da concepção de livramento da pobreza absoluta, propõe-se analisar a questão posta em causa, tendo em conta a concepção multidisciplinar da pobreza.

Pobreza

Para melhor compreensão da concepção da pobreza absoluta em Moçambique, assim como a inserção das políticas públicas para o efeito, considera-se importante o ato de se debruçar sobre o conceito da pobreza, apesar de se perceber que o conceito de pobreza é complexo, pelo fato de envolver várias questões ligadas à distribuição de rendimento, ao funcionamento do mercado de trabalho e à concepção das políticas sociais, indicadores para mensuração das diferentes dimensões da pobreza. Mas a maior preocupação nesta seção é analisar as políticas propostas para redução da pobreza, e os mecanismos de atuação. Desse modo, a definição de pobreza terá em conta as suas ramificações, neste caso a pobreza absoluta, a pobreza relativa e a subjetiva, que formam a tríade que clarifica a ideia da pobreza nos dois extremos; por sua vez, permite propor os tipos de instrumentos a serem usados para medi-la no local, tendo em conta as especificidades contextuais.

Dessa forma, a década de 1970 marcou o período de reconhecimento (pelos acadêmicos e pelas IFI para o desenvolvimento) das questões de desigualdades sociais e da pobreza, questões essas que não estavam sendo equacionadas como resultantes do crescimento econômico. Sendo que, com o crescimento econômico, ficou evidente que as taxas adequadas de expansão do produto não se difundiam para a sociedade como um todo, e eram patentes as dificuldades de os países desenvolvidos acabarem com os

“redutos remanescentes da pobreza e marginalidade social”, assim como as crescentes desigualdades sociais nos países subdesenvolvidos, resultantes do processo de expansão econômica. As políticas econômicas dominantes definiram como estratégia as mudanças na orientação política e econômica, políticas que deslocavam o crescimento econômico na condição de variável instrumental. Pois as estratégias de mudanças na economia dominante não tratavam como prioridade as políticas assistencialistas,⁶ não repensavam o processo de crescimento e não reconheciam como objetivo a redução da desigualdade e da pobreza, “integrando subgrupos populacionais ao curso predominante de evolução social, econômica e política em cada país” — e as IFI (ONU, BM) eram promissoras nas políticas contra as desigualdades sociais e a pobreza no mundo (Rocha, 2006, p. 9).

As mídias têm por hábito divulgar imagens de pessoas pobres como aquelas esqueléticas e crianças de barriga inchada em países assolados pela fome. De fato, tais imagens correspondem à realidade, contudo, essa não é a única forma de se entender a pobreza no mundo. Existe pobreza tanto em países em vias de desenvolvimento quanto em países ricos, tanto nas áreas rurais como nas zonas urbanas (Salama & Destremau, 2001, p. 17). Desse modo, a pobreza constitui fenômeno complexo. Valendo da generalização, ela pode ser entendida como necessidades não atendidas adequadamente, ou ainda, para melhor compreensão, precisa-se operacionalizar de forma que a defina formas ampliadas, especificando o tipo de necessidades, o nível de atendimento mais adequado para um determinado padrão de vida e como as diferentes necessidades são atendidas em cada contexto socioeconômico. De acordo com Rocha (2006, p. 10), ser pobre é “não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que vive”. No entanto, o conceito deve ser definido tendo em conta as suas especificidades, pois não adianta acompanhar mudanças paradigmáticas e procurar adotar, em uma determinada realidade pressuposta do contexto global, sem ter em conta o nível de desenvolvimento econômico atingido, as tradições culturais, pois esses são considerados, também por Rocha (Ibidem, 2006), como pressupostos básicos para definir a pobreza em um determinado país.

Logo, deve-se ter em conta, ainda, os procedimentos de mensuração adequados; a análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específi-

6 Trata-se de uma política de inserção social e não de programa de Fome Zero, nem se resume a ações emergenciais, mas, sim, mais importante do que distribuir alimentos é gerar renda, trabalho, resgatar a autoestima e a cidadania (Betto, 2003, p. 2).

ca e a identificação dos traços essenciais da pobreza em uma sociedade; e sua complexidade não deve ser generalizada. Nessa concepção, apresentamos algumas questões que podem ajudar em diferentes locais em uma determinada nação, na definição de estratégias para as políticas de combate à pobreza (Rocha, 2006, p. 10):

a) É generalizada, atingindo a maior parte da população, ou, ao contrário, é geograficamente localizada?

b) Quais são seus determinantes?

c) É um fenômeno crônico ou está associado a mudanças econômicas e tecnológicas?

d) Quais são seus principais sintomas? Subnutrição, baixa escolaridade, falta de acesso a serviços básicos, desemprego, marginalidade?

e) Quem são os pobres em termos de um conjunto de características básicas, ou, em outras palavras, qual o perfil dos pobres?

Portanto, essas são as bases propostas, as respostas para cada uma deles trarão de forma clarificada cada direcionamento e identificação de políticas adequadas a um determinado contexto social. Salama & Destremau (2001, p. 18) alertam, também, que a pobreza é multifacetada e que, diante das várias dimensões, “medi-la significa amiúde reduzi-la e desconhecê-la”, pois a pobreza descrita em gráficos ou mapas, ou melhor, em números, pode não trazer a verdade da pobreza local de quem a vive. Com esse pressuposto, os autores criticam as organizações internacionais, assim como os governos de diferentes Estados que se baseiam em dados falseados, que não correspondem à realidade, para definir políticas contra a pobreza.

Ao conceito de pobreza, seguem-se outras três abordagens: a pobreza absoluta e a pobreza relativa, para Rocha (2006), Silvia (2009) e Codes, (2008); e o conceito de pobreza com uma vertente mais ampliada, a pobreza subjetiva, para Salama & Destremau (2001) e Townsend, (2010), traduzindo-se em uma visão multidimensional.

Pobrezas absoluta, relativa e subjetiva: a visão multidimensional

Até aqui, em um primeiro momento, procurou-se desenvolver uma abordagem explicativa da pobreza recorrente a duas noções: insuficiência de renda para garantir a manutenção das condições básicas para a reprodução biológica, e, por outro lado, representação da desigualdade na distribuição dos recursos. Essas duas noções geram a concepção de pobreza

absoluta e de pobreza relativa. A pobreza absoluta é vista como um critério de satisfação das necessidades mínimas para a reprodução biológica; nesse caso, refere-se a situações em que o indivíduo não possui renda suficiente para aquisição de bens e de serviços essenciais para permitir a reprodução puramente física, portanto, remetem-se às condições de nutrientes, de vestuários, de moradia e de saúde (Silvia, 2009, p. 9). Definição essa que foi plenamente desenvolvida por Rocha (2006, p. 11), quando demonstrava a sua preocupação com relação à pobreza nos países em vias de desenvolvimento, onde as discussões gravitam em torno da natureza do fenômeno da pobreza, remetendo-se às noções de pobreza absoluta e de pobreza relativa.

Ainda para Rocha, as necessidades de sobrevivência física constituem um indicador até hoje relevante, com ênfase no “não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital”, condições essas idênticas às que foram descritas acima. Logo, para o estudioso, se o mínimo vital não é atingido, mal se concretizará a pobreza relativa.

Para Silvia, (2009, p. 9) a pobreza relativa fundamenta-se na ideia de desigualdade de renda e na privação relativa, e o modo de vida é determinado pelo contexto, tendo como referência a renda nacional, incluindo-se nesse instante as necessidades essenciais que a sociedade oferece. “Assim, a pobreza relativa expressa a desigualdade e situa o pobre abaixo de uma determinada escala referida à renda inferior ao limite da renda média ou mediana de uma população”.

Como destacado por Rocha (2006), a pobreza relativa só é funcional após a atribuição do mínimo vital a todo cidadão em um determinado espaço geográfico, a partir da ideia de que é prioritário o combate à pobreza absoluta e que sejam criadas as necessidades físicas e básicas, por serem essas as condições que permitem ao indivíduo manter-se com vida e, tão logo, conservar a capacidade de trabalhar. Essa visão leva a uma reflexão das políticas implantadas em Moçambique na gestão do que foi o Parpa e da atual política de redução de pobreza (Parpa 2011-2014), ao perceber que o país ainda está em uma perspectiva de pobreza absoluta.

A noção de necessidades mínimas não se limita, porém, apenas a estas necessidades físicas: compreende igualmente as necessidades sociais associadas geralmente aos costumes de uma comunidade. Estas necessidades sociais mínimas surgem ligadas à noção de dignidade

humana: a ideia de base, hoje comumente aceita, é a de que nenhuma família deveria ser forçada, por suas condições de penúria, a viver de tal modo que se distinga radicalmente das outras famílias do mesmo grupo social e não possa participar dos usos e costumes estabelecidos na sua própria coletividade (Laloire, 1967, p. 7 apud Franklin, 1967).

Salama & Destremau (2001, p. 52) reconhecem as necessidades básicas satisfeitas, também conhecidas como pobreza estrutural, uma pobreza incompreensível vinculada a necessidades básicas insatisfeitas, ou seja, pobreza absoluta. No entanto, os autores procuram construir uma tríade entre pobreza absoluta, concepção da pobreza subjetiva e o enfoque da pobreza relativa, pelo fato de permitir evolução e estar ao alcance de patamares de rendimento, que permita aos indivíduos não se sentirem pobres, quando a renda nacional aumenta. Essa abordagem da pobreza subjetiva não é aplicada, pelos economistas, aos países em vias de desenvolvimento, segundo o destaque de Ravallian (1997) apud Salama & Destremau (2001). Tal situação ocorre porque os governos se limitam à pobreza absoluta unidimensional, mas esta é imbuída de característica relevante, na medida em que recorre à interdisciplinaridade para sua avaliação de pobreza, como a sociologia e a antropologia, buscando desenvolver o capital social na relação do indivíduo no ambiente étnico-cultural, elementos que podem contribuir para a definição de políticas públicas para a redução da pobreza e definir de fato o local com pobreza. Townsend (1993) assegura que a privação subjetiva deve ser avaliada associada ao material e ao social, elementos fundamentais que se complementam e permitem a compreensão dos fenômenos sociais e psicológicos no âmbito da investigação científica sobre a pobreza.

Salama & Destremau (2001, p. 17) atestam que a evolução da pobreza nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento é distinta, enquanto uns falam de “obesidade” devido aos efeitos industriais, eles apontam em sua pesquisa que, nos países em vias de desenvolvimento, neste caso Moçambique, a atenção está voltada para a desnutrição como caos, afetando crianças e adultos, uma pobreza absoluta. Na mesma ótica, os estudos desenvolvidos por acadêmicos em Moçambique apresentam dados, a partir do terceiro relatório do MPD (2010), que elucidam a situação crítica de Moçambique; logo, ainda inserida nas necessidades básicas insatisfeitas, pois a desnutrição crônica sobe a cada ano em todas as províncias.

[. . .] os resultados da pobreza de consumo mantiveram-se estáveis entre 2002/03 e 2008/09 e derivam de uma série de fatores. Estes incluem: 1) taxas de crescimento baixas na produtividade agrícola, observadas nos TIA realizados desde 2002 na componente da produção de culturas alimentares; 2) choques climáticos que influenciaram a colheita de 2008, particularmente nas províncias do Centro; 3) termos de troca agravados devido a grandes aumentos nos preços internacionais de alimentos e combustíveis. Os preços dos combustíveis, em particular, aumentaram substancialmente durante o período de 2002/03 a 2008/09; 4) os desafios realçados aqui incluem baixos níveis de consumo, altos níveis de vulnerabilidade e níveis persistentemente altos da má nutrição infantil. Estes desafios estão intrinsecamente inter-relacionados às mudanças no número de refeições consumidas por dia. Nas famílias onde os chefes reportaram menor número de refeições consumidas por dia comparativamente a 2002/03, a pobreza tendeu a crescer (MPD, 2010, p. 15).

Os desafios são enormes, como se pode observar pelos níveis baixos de má nutrição que aumentam cada vez mais, em cada escala de idade, praticamente em todo o país; principalmente em crianças, que são o futuro de Moçambique. Crianças de 6-11 anos representam 30% de prevalência de desnutrição crônica; de 12-23 anos com média de 45,5% de prevalência de desnutrição; de 24-35 anos com média de 50,02%; de 36-47 anos com média de 50%; e de 48-59 anos com média de 50%. A partir dessa percepção e tendo em conta a interdependência do conceito de pobreza absoluta em relação à pobreza relativa, a partir das perspectivas de Rocha (2006) e Laloire (1967), pressupõe-se que Moçambique está mergulhado na pobreza absoluta, pois as mazelas sociais realçadas no terceiro relatório do MPD (2010); e, apesar de algumas ações aparentemente significativas em áreas como educação, saúde e reabilitação de vias de acesso, segundo o relatório destaca, permitir maior aproximação das populações às unidades sanitárias e à educação, os resultados de consumo se mantiveram estáveis. Não obstante, moradia e desnutrição continuam sendo as maiores preocupações do cidadão nacional; e mesmo o acesso à educação continua longínquo para as crianças, dado retomado com força por Rocha:

Aprender a ler e a escrever se constitui, por exemplo, numa necessidade básica, mas em sociedades onde a alfabetização é generalizada esse critério de necessidade básica não seria útil para distinguir os pobres. Seria necessário, então, considerar necessidade básica de educação um nível de escolarização mais elevado educação primária completa, ou mesmo, secundária, o que mostra que é possível levar em conta a noção da pobreza relativa quando a abordagem de necessidades básicas é adotada (Rocha, 2006, p. 19).

Enquanto Moçambique continuar com nível baixo de educação, entre outras fragilidades, não obstante as melhorias comparativamente com o início de década de 90, como o relatório da AfriMAP (2012) apresenta a redução de taxa de analfabetismo, no início de 1970, de 90% para 48% em 2008, constitui ainda um desafio para 2015 oferecer o ensino primário para crianças. Como se pode observar, a alfabetização em Moçambique não é ainda generalizada, tornando ainda difícil levar em conta a noção de pobreza relativa, pois as necessidades básicas no país estão longe de serem adotadas. Apesar de os gastos aumentarem, o nível e a qualidade de educação não se justificam:

Os gastos do sector da educação estão a subir, mas os recursos alocados à educação não estão a aumentar na mesma proporção; a dedicação dos professores é baixa; muitas crianças, especialmente as raparigas, não completam o ensino primário; as escolas continuam a ter falta de material; os professores e gestores dos serviços de educação demonstram grandes fraquezas e os rácios entre o número de alunos e professores são bastante altos. Em suma, a qualidade dos serviços de educação está a cair e as reformas introduzidas no sector não têm tido um impacto significativo (AfriMAP, 2012, p. 5).

Nessa perspectiva da multidimensionalidade, no entanto, Codes (2008, p. 7) indica que “tal evolução conceitual não significa que as formulações mais antigas tenham sido descartadas pelas mais recentes”, no sentido de que a ampliação do conceito da pobreza, no sentido geral, não significa o não reconhecimento das outras concepções. Para Wilber (1975), o conceito de pobreza passa a ser entendido como um sistema, uma “abstração-imensurável”, isso porque é um conceito que possui uma variedade

de propriedades a serem medidas, pois a falta de renda ou a baixa renda é uma medida isolada, procurando analisar o conceito da pobreza no âmbito multidimensional.

Em consonância, autores como Sen (2008; 2010), Salama & Destremau, (2001) veem o conceito da pobreza de modo ampliado; para eles, este é um fenômeno social complexo, para ser analisado, é necessário a incorporação de um ambiente multi e interdisciplinar. Para se referir à privação como falta de oportunidades para se levar a vida em um determinado contexto social, a abordagem não deve ser ilimitada no espaço e no tempo. Essa formulação aborda a pobreza tendo em conta os aspectos materiais e individuais, as relações sociais e as oportunidades que os indivíduos têm de trabalho, de assistência, não se limitando às condições sociais, abrindo espaço para abordagens (política, econômica, ambiental, cultural, antropológica) para explicar o problema da pobreza, de forma que apoie os implementadores de políticas públicas a encontrarem alternativas adequadas para cada realidade a fim de erradicar a pobreza. Reforçando essa concepção, Sen (2010, pp. 175-6) realça que o conceito da pobreza “tem uma ligação bem aceite com a privação causada por problemas econômicos, a abordagem da pobreza como «baixa renda» precisa de consideração adicional”. Mas, como réplica, pode-se sustentar a ideia de que a pobreza não é uma questão de “bem-estar baixo”, mas sim da incapacidade de alcançar esse bem-estar, por falta de meio econômico e também privação, podendo ter “razões biológicas”. Como resposta, a abordagem da pobreza subjetiva de Salama & Destremau (2001) recorre à sociologia e à antropologia interligada à pobreza absoluta e relativa para descrever a pobreza real em uma sociedade. Salientado de forma favorável a ideia da multidimensionalidade da pobreza, como destaca Codes apud Mestrum:

A definição multidimensional da pobreza, por ela permitir que se leve em conta um número ilimitado de problemas, tanto em termos de suas causas e consequências, como de seus sintomas. A autora afirma que a constatação de que certos indivíduos são muito pobres para poderem sair daquela situação sozinha está na raiz destas abordagens complexas, que transcendem a perspectiva apenas monetária da pobreza. Da mesma forma, a ideia de ciclo vicioso e a convicção de que um aumento de renda não seria suficiente para resolver os problemas são inerentes a tais formulações (Codes, 2008, p. 24, apud Mestrum, 2002).

Tendo em conta essa perspectiva de abordagem, Moçambique não é uma ilha, para dizer que, apesar da réplica de Francisco (2008), o Parp 2011-2014 insere-se nessa visão, como continuidade das ações. Contudo, é importante fazer menção ao propósito do governo de Moçambique (GDM) diante do Parp, em que IMF (2011) interpreta como um instrumento que faz parte dos princípios definidos no Sistema Nacional de Planeamento (SNP), e que aparece alinhado com a visão da agenda de 2025, uma estratégia nacional que, no todo, visa, apesar de estar em processo de revisão segundo o Comitê Conselheiro da agenda de 2025, a necessidade de acomodar mudanças no paradigma econômico,⁷ mas, até então, tende a alcançar as Metas do Desenvolvimento do Milênio (MDM).

O contributo da visão multidimensional na definição de políticas para redução da pobreza

Partindo de um olhar multidimensional, pode-se perceber que vários fatores podem estar por trás desse insucesso no processo de implantação de políticas de redução da pobreza. Onde, para além das questões externas, como as ideologias instrumentais e os fatos internos, a incompreensão do Projeto de Desenvolvimento da Nação (PDN) Santos (2009), quando discute a questão da Administração Política⁸ como campo de conhecimento,

⁷ Lourenço do Rosário, membro do Comitê de Conselheiros da Agenda 2025, apresentou a necessidade de revisão do documento, para adequá-lo ao atual contexto nacional. “Em 2003, quando entregamos a Agenda, não havia carvão, gás, a HCB não estava sob gestão moçambicana, não havia rede elétrica em quase todo o país, muito menos os conflitos que, neste momento, começaram a decorrer. Os problemas identificados em 2003 devem ser atualizados para se ver onde é que estamos. Esta revisão deverá estar concluída até setembro e este documento estará em melhores condições de mostrar os ganhos até aqui alcançados e apontar os desafios que temos pela frente”. Texto disponível em <<http://www.opais.co.mz>>. Documento este que, na visão de Santos (2009), enquanto não for de auscultação dos anseios da sociedade não se pode dizer que o GDM tem um projeto de desenvolvimento, assim como diz a Agenda 2025 é um documento como qualquer outro que tentou alcançar alguns objetivos, reunindo um grupo de intelectuais e políticos a partir de algumas deliberações e consultas a nível nacional (GDM 2003). A agenda identifica uma visão geral e opções estratégicas para a saúde, a educação, o capital social, economia e desenvolvimento e boa governação. No entanto, é um documento que não é abrangente à sociedade (Hanlon & Renxio, 2007, p. 8).

⁸ A percepção de uma nova disciplina de administração política emerge com Reginaldo Souza Santos, quando procurava entender o respaldo sobre a emergência do pensamento que definia a crise no capitalismo como decorrente do déficit público, e que a única saída seria a implantação de uma política de ajuste fiscal. Diante dessa concepção, entende-se que tal matriz teórica tem conteúdo que não cabe nos estudos econômicos, mas sim no campo de administração como conteúdo de gestão, gerencia das relações sociais de produção e distribuição. Por esse e pressuposto, a macroeconomia (economia matemática), baseia-se em estudos relacionados a organizações e às estruturas do mercado. Um campo de economia que precisa de auxílio voltado para a organização do processo de trabalho surgindo, assim, a administração profissional. Essa

colocando o PDN como um instrumento mãe para o entendimento das questões, apontados na pesquisa publicada no Centro de Análise de Políticas (CAP), de autoria de Raimundo (2009, p. 9), que coloca a questão da fragilidade para a implantação das políticas nas crenças e práticas de “feiticeiro”, que impactam na instabilidade das populações e que influenciam na gestão do GdM no processo de redução da pobreza, ao dizer que “em Moçambique têm sido desenhadas (ou simplesmente adaptadas/adotadas) e postas em prática várias políticas e estratégias que visam erradicar a pobreza, tais como o Parpa I e II, a Agenda 2025, os Plano Quiquenal do Governo (PQG), os Objetivos de Milênio (ODM) e outras sem, no entanto, atingir as expectativas criadas em seu redor”.

A crítica é aos fazedores de políticas pelo fato de se limitarem a usar a guerra civil como fator único que contribuiu para a intensificação da pobreza, mas, sem contrariar a posição, é preciso entender que, no contexto interno, as migrações das populações foram influenciadas pelas guerras em Moçambique, para não citar as guerras tribais que impactaram no baixo crescimento econômico, com reflexos no índice de analfabetismo, no surto de epidemias e outras mazelas da sociedade moçambicana. Em relação a esses fatos considerados esquecidos, Boaventura Sousa Santos realça que a feitiçaria se representa como um mecanismo de controle das diferenças sociais, e que há incidência de estudos políticos e sociais que apontam

A dimensão oculta da política em África é frequentemente ignorada pelos estudos políticos e sociais. [...] dimensões simbólicas ocultas em desenvolvidos como discurso de resistências face ao exercício de poder por forças não reconhecidas como legítimas. Assim o discurso de feitiçaria representa uma modernidade alternativa, forjada na confluência de vários saberes e práticas. Uma abordagem preliminar aponta para o fato de não se tratar de um problema marginal no espectro político social, mas antes de uma dimensão central à natureza de autoridade pública da liderança e das identidades em Moçambique (Boaventura & Meneses, 2008, p. 1).

abordagem permitiu a emergência da administração política, demonstrando que as relações sociais de produção, realização e distribuição não podem ser entendidas apenas tomando como parâmetro as relações de trabalho, a luta entre as classes, as relações de poder ou a definição das necessidades e das quantidades de seus impactos sobre os níveis da riqueza social (Santos, 2010, p. 14).

A partir desta reflexão de Boaventura & Meneses, na província de Tete, compreende-se a conotação que a população dá à seca dos rios, que tanto prejudica a agropecuária: tal adversidade é associada à feitiçaria praticada pelos anciãos, que são responsabilizados pela *angonia*, desvio das chuvas, conforme um comerciante residente da vila relatou:

[. . .] existe uma aldeia nas proximidades de Ulongué, que para visitar precisa ter autorização da autoridade tradicional, dizer o motivo da visita e ao sair não deve olhar para trás. Esse é local onde se fazem rituais para impedimento das chuvas para outras regiões. Na cidade de Tete por mais haja nuvens com ameaça de chuva não chove, porque a chuva é desviada. Pode acreditar, e aqui chove e se produz muito e alimenta até os países vizinhos.

Dada a relevância da análise de Inês Raimundo (2009) e tendo em conta o propósito do PDN elaborado por Santos (2009) que coloca o Estado no centro como gestor, no campo de ação ou de execução do PDN, e a abordagem multidimensional do conceito de pobreza de Salama & Destremau (2001), Townsend (1993; 2010) e Codes (2010), que buscam o olhar da pobreza não só no âmbito da economia política, mas a partir de estudos antropológicos, da sociologia, da geografia, da história, entre outras disciplinas, meios, que tomados em consideração, poderão melhor compreender a pobreza e as comunidades no seu modo de vida, nos hábitos socioculturais, e olhar a pobreza sob uma tríade entre a pobreza absoluta, pobreza subjetiva e relativa, para melhor definir políticas adequadas diante dessa diversidade. Neste contexto, o Plano Económico Social e Orçamental do Estado (PESOE) reflete-se na alocação de recursos, de forma que os objetivos de Parp sejam concretizados no período 2011-2014. Essas ações surgem após o GDM perceber que a pobreza em Moçambique constitui um fenómeno multidimensional, havendo, com isso, a necessidade de direcionar esses mecanismos para além das ações de combate à pobreza absoluta, por ser um conceito limitado diante do que se espera do Parp, realçando que:

Combater a pobreza vai muito além de uma simples discussão das características subjacentes da pobreza absoluta. Pelo contrário, é uma questão que precisa ser tratada a partir de uma perspectiva mais ampla,

refletindo o fato de que os indivíduos, famílias e comunidades não têm a capacidade ou a oportunidade de ter acesso ao mínimo de condições de vida, de acordo com as normas básicas da sociedade (IMF, 2011, p. 5).

Essa distinção da pobreza absoluta no Parp consiste na necessidade de ampliação das políticas para combater a pobreza, para tal são indicados quatro objetivos gerais pelo GdM, com vistas ao crescimento econômico e redução da pobreza (IMF, 2011, p. 5):

- a) maior produtividade na agricultura e no setor pesqueiro;
- b) promoção de empregos;
- c) promoção do desenvolvimento humano e social;
- d) governação;
- e) definição da política macroeconômica e da gestão de finanças públicas.

O enquadramento e a implantação desses objetivos gerais têm como meta o crescimento dos investimentos na agricultura, de forma que amplie a atividade do setor familiar para o emprego, incentivo de investimentos estrangeiros, além de incentivo para a economia local, apoiando as micro e médias empresas, garantia do desenvolvimento humano e social, aposta na redução da insegurança alimentar e desnutrição crônica infantil, e reforço dos mecanismos de prevenção de doenças como HIV/Sida, tuberculose e malária (IMF, 2011, p. 8).

Talvez a réplica dos vários autores moçambicanos sobre o insucesso de diversas políticas (resultados não alcançados ou dos obstáculos em seu cumprimento) pode ter enquadramento na abordagem de competência dos gestores públicos, no âmbito de competências imbuídas na dicotomia entre política e administração técnica.⁹

Na percepção de alguns estudos sobre a instrumentalização política no âmbito das ações de administração pública, destaca-se a reflexão de

⁹ Nessa compreensão, a inserção de política seria como um fenômeno político que “se circunscreve à órbita das coisas públicas, definidas estas como aquelas que, de alguma forma, se vincula à sociedade global” (Ribeiro, 2006, p. 177), corroborando Azambuja (1996), entende a atividade política como a que busca a orientação ou a gestão de um governo em relação a certos assuntos de interesse da sociedade civil e o papel do Estado com relação aos outros Estados. Admitindo ainda, que o poder é exercido na política, deduzindo que seria política, mas num contexto bem da coletividade, onde as ações do Estado estão em prol da sociedade civil. Destacando, ainda, que “O poder que interessa à ciência política seria aquele mais intimamente relacionado com o Estado, que as suas decisões afetam a sociedade como um todo”. Portanto, priorizando as questões técnicas sem influências partidárias para interesses minoritários.

Forquilha (2010) sobre o risco de instrumentalização política dos conselhos locais, a prevalência de representatividade do partido no poder deixa evidências de influência nas instituições públicas, nas instituições privadas e mesmo na relação das comunidades locais entre os chefes tradicionais, e os conselhos consultivos. Esse fenômeno comprime a atuação dos gestores públicos nas instituições e no nível dos poderes locais (administradores distritais, presidentes de municípios) e os chefes tradicionais,¹⁰ e, desse modo, como influência forte, mesmo para a indicação dos membros consultivos. Essa influência se limita a ações muitas vezes consideradas técnicas no âmbito da administração pública, porque de certa forma as políticas implantadas nos poderes locais tendem a partidarizar as decisões tomadas. A pesquisa feita por Forquilha demonstra o efeito na atuação dos agentes da segurança nacional.

Existe uma dificuldade em se estabelecer a distinção entre o Estado e o partido no poder; e, por conseguinte, o Estado enquanto fonte de recursos financeiros, emprego, serviços de informação pública e poder da polícia são gradualmente postos ao serviço direto do partido no poder. A ausência de mecanismos transparentes no processo de tomada de decisão durante as sessões dos conselhos locais pode conduzir à manipulação das decisões dos conselhos em benefício de interesses políticos das autoridades administrativas locais (Forquilha, 2010, p. 43).

Carothers (2002, pp. 8-10), no artigo “The end of the transition paradigm”, já havia demonstrando a sua maior preocupação com a atuação dos governos na América Latina e em África, com o fim da ditadura e a inserção do sistema político multipartidário, uma vez que alguns países transformaram sua gestão em “pluralismo irresponsável”, pelo fato de influenciar negativamente nas políticas públicas em benefício da minoria. Portanto, na administração pública, impera a falta de transparência, o que

10 As autoridades tradicionais, frequentemente eram impostas e utilizadas pela administração colonial, geriam os principais recursos da sua área de jurisdição. Controlavam a alocação da força de trabalho, quer através de venda para o setor capitalista quer através de culturas obrigatórias para o mercado (Castel-Branco, 1994, p. 45). Portanto, era um poder que obedecia a uma estrutura de linhagem. Depois de independência o GDM, adotou a sua política de definição de chefes tradicionais. Como realçam Meneses et al. (2003) e Jossias (2004) o Estado criou a sua história com a inserção dos grupos dinamizadores, reconhecidos de autoridades tradicionais, e vistos como líderes desempenhando o mesmo papel de elo com os interesses do Estado, em qualquer local afetos.

acaba impactando nas políticas definidas para reduzir a pobreza, devido à falta de transparência nos diferentes poderes. O pluralismo irresponsável é ato que se repassa aos gestores públicos em todos os níveis na administração pública, de forma consciente, mas de uma consciência ingênua.¹¹

Conclusão

Este estudo procurou resumir as principais ações implantadas no âmbito do processo de redução da pobreza em Moçambique, cujo governo, desde as reformas administrativas, procura reduzir a pobreza absoluta por meio de várias políticas, no entanto, algumas delas, de certa forma, excluem as pessoas necessitadas. Uma população de diversidade cultural, étnica e econômica, com suas crenças e práticas de feitiçaria. Um universo que precisa ser mais bem identificado e reconhecido para que se possa definir tanto políticas quanto alternativas que possam adequar-se a essas comunidades. Nesse processo, o Estado deve inserir-se como estratégico na construção do projeto de desenvolvimento nacional, auscultando os anseios da sociedade, dentro de um ambiente multidisciplinar, em que os estudos de viabilidade são prioritários para a implantação dessas políticas. Cabe ainda ressaltar nesta conclusão o reconhecimento da relevante atuação técnica dos gestores públicos, como estratégia de ação próxima à realidade; uma realidade que possibilite a definição de alternativas que possam adequar-se ao local de atuação. Poder de avaliar as políticas implantadas e de retificá-las implantando novas políticas em benefício da sociedade. Maior participação deles nos anseios da sociedade, garantindo a transparência dos gestores públicos. Do ponto de vista institucional, a pesquisa revelou, em primeiro lugar, que a falta de articulação entre as instituições tem impactado o alcance estratégico dos objetivos. Por fim, percebe-se, a partir da literatura pesquisada, que muitos dos problemas de gestão pública refletidos baseiam-se em ações político-partidárias como instrumentalizador na atuação do gestor.

11 Consciência ingênua caracteriza-se pela incoerência lógica, incapacidade de atuação ordenada, as suas visões tendem à violência, desprezo de massa, coisificação de ideias, ignorância do potencial político na atuação internacional, pessimismo (Ribeiro, 2006b).

Referências

- AFRIMAP. Moçambique: Democracia e participação política. Um relatório publicado pelo AfriMAP e pela Open Society Initiative for Southern África, 2009.
- CAROTHERS, Thomas. The end of the transition paradigm. *Journal of democracy*. The Johns Hopkins University Press and the national endowment for democracy. 2002.
- . The “sequencing” fallacy. *Journal of Democracy*, vol. 18, publicado pela The Johns Hopkins University Press, n.º 1, pp. 12-27, January 2007.
- CASTEL, Robert. *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTEL-BRANCO. Moçambique perspectivas econômicas [Mozambique Economic Perspectives]. Maputo: Faculty of Economics of the Eduardo Mondlane University e Friedrich Ebert Foundation: 1994.
- . Pode um “Estado de Desenvolvimento” ser construído em Moçambique? Uma nota de pesquisa para uma abordagem de economia política. In: II Conferência do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (Iese). *Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação econômica em Moçambique*. Grupo temático III: Estado, sociedade, governação local e desenvolvimento, Maputo, 22-23 de abril, 2009.
- CODES, Ana Luisa M. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília: Ipea, 2008.
- FORQUILHA. Salvador Cadete. Governação distrital no contexto das reformas de descentralização administrativa em Moçambique: lógicas, dinâmicas e desafios. *Desafios para Moçambique* Iese, 2010. Disponível em <www.iese.ac.mz>; acesso em 22-1-2012.
- FRANCISCO. Antônio. Por que existe o Parp em Moçambique? Semanário Canal de Moçambique. Parte 1, pp. 16-18. 25 abr 2012. Disponível em <www.iese.ac.mz>; acesso em 12-9-2012.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola. 2005.
- IMF, Document of International Eionltry fund and not for public use: Republic of Mozambique – request for the third annual arrangement under the enhanced structural adjustment facility. nov. 1992. Disponível em <http://www.opac.ashx>; acesso em 28-9-2012.

- IFPRI. Facing the Development Challenge in Mozambique. *An Economy wide Perspective*, research report. 2002. Disponível em <<http://pdf.usaid.gov>>; acesso em 28-9-2012.
- MILANI, Carlos. Aprendendo com a História: críticas à experiência da cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*. Salvador, vol. 25, n.º 65, pp. 211-31, mai.-ago. 2012.
- RAIMUNDO, Inês. Mobilidade da população, pobreza e feitiçaria no meio rural de Moçambique. Editor: Gerhard Liesegang (gerhard.liesegang@uem.mz) 046/GABINFO-DEC/2009.
- RENZIO, Paolo & HANLON Joseph. Contested sovereignty in Mozambique: The dilemmas of Aid dependence. Managing dependency project Global Economic Governance working paper. 2007.
- RIBEIRO, João Ubaldo. *Revista O&S*, Salvador, vol. 13, n.º 37, abr.-jun. 2006a.
- . Política e administração. *Revista O&S*, Salvador, vol. 13, n.º 13 jul.-set. 2006b.
- ROCHA, Sonia Maria R. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- SALAMA, Pierre & DESTREMAU, Blandine. *O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda*. Petrópolis: Garamond, 2001.
- BOAVENTURA, Souza Santos & MENESES, Paula. Feitiçaria e modernidade em Moçambique: questionando saberes, direitos e políticas. 2008. Disponível em <www.boaventuradesousasantos.pt>; acesso em 9-3-2013.
- SANTOS, Reginaldo Souza. *Reestruturação produtiva do estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- . *A administração política como campo do conhecimento*. Salvador-São Paulo FEA/UFBA-Hucitec/Mandacaru, 2009.
- SEN, Amartya. Rationality and social choice. *The American Economic Review*, vol. 85, n.º 1, pp. 1-24, mar. 1995. Disponível em <<http://www.jstor.org>>; acesso em 3-9-2012.
- . *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- . *Desigualdade reexaminada*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA, Maria Ozanira S. Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América Latina. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, vol. 13, n.º 2, pp. 157-9, jul.-dez. 2009.

TOWNSEND, Peter. The meaning of poverty. *The British Journal of Sociology*. Londres: School of Economics and Political Science, 2010.
—. *Poverty in The United Kingdom*. Harmondsworth:. Penguin 1979.

Resumo

Este ensaio teórico emerge diante da diversidade de políticas implantadas para a redução da pobreza em Moçambique, desde 1990; emerge, ainda, como reflexão, propondo uma visão multidimensional com caráter multidisciplinar na construção de políticas públicas para redução da pobreza no país. Para alcançar tais propósitos, adota-se a perspectiva de que o Estado é o gestor que define políticas com finalidade social. O ensaio foi elaborado a partir da exploração de bibliografia nacional coadunada com a visão internacional, contribuindo para uma abordagem mais ampla e inclusiva da pobreza.

Palavras-chave: Visão multidimensional. Pobreza.